Comunicação 01 - Agosto/2025

Desenvolvimento Sustentável em Goiás

Introdução a abordagens jurisdicionais para o desenvolvimento sustentável



O crescimento da demanda global por alimentos tem colocado crescente pressão sobre os recursos naturais. Práticas ineficientes de gestão e as mudanças climáticas agravam este problema. Alcançar objetivos econômicos, ambientais e sociais de longo prazo depende cada vez mais de uma abordagem mais coordenada para a gestão dos recursos naturais entre os setores público e privado, e a sociedade civil.

O Estado de Goiás já tomou muitos passos nesta direção e está pronto para avançar mais. Em 2023, o Governo do Estado e as lideranças do setor agropecuário assinaram o Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero até 2030, com vistas à sustentabilidade agropecuária. Além disso, foi anunciada a Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050, reconhecendo a centralidade do setor para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Pontos principais:

- O desenvolvimento sustentável é uma estratégia que visa promover o crescimento da economia de forma equilibrada, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.
- Abordagens jurisdicionais de sustentabiliadde reúnem partes interessadas, de um país, estado ou município, para chegar a um acordo quanto aos objetivos de desenvolvimento rural sustentável.
- Seu papel é coordenar os esforços para a sustentabilidade e compartilhar incentivos e benefícios.

Origem do conceito de abordagem jurisdicional

DESAFIOS DE ABORDAGENS SETORIAIS

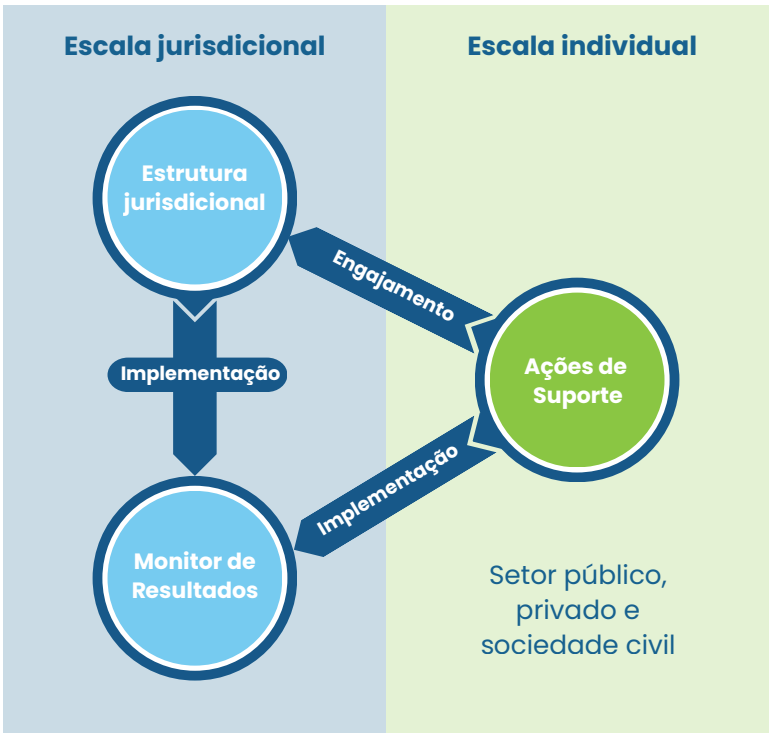
- A incompatibilidade entre os potenciais resultados de projetos individuais de conservação e a escala necessária;
- O papel de políticas públicas em diferentes níveis tem sido cada vez mais reconhecido como fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável.

SOLUÇÕES DE ABORDAGENS JURISDICIONAIS

- Potencial de enfrentar desafios sistêmicos de sustentabilidade, como o desmatamento, a perda de biodiversidade e a inclusão social e produtiva, em uma escala significativa;
- Complementariedade às abordagens setoriais e em nível de fazenda;
- Maior durabilidade das ações por conta de sua natureza participativa e multissetorial;
- Uma maior clareza de metas em sustentabilidade ajuda a garantir que todos estejam se esforçando rumo aos mesmos objetivos.

Iniciativas que visam melhorar o desempenho em sustentabilidade em escala jurisdicional estão sendo implementadas em várias regiões ao redor do mundo. Um estudo conduzido pelo Earth Innovation Institute em 2018 identificou 39 jurisdições em 12 países, representando 28% das florestas tropicais do planeta, que apresentaram compromissos de implementar uma abordagem jurisdicional.

Como funcionam as abordagens jurisdicionais?



Adaptado de ISEAL Good Practice Guide (2022)

Elementos da estrutura jurisdicional

■ Partes interessadas engajadas

Partes interessadas locais estão engajadas e comprometidas com os planos e resultados da iniciativa.

■ Governança

A iniciativa possui regras claras sobre sua base legal, governança e tomada de decisão.

■ Sistema de monitoramento

Há um sistema eficaz para monitorar, analisar e comunicar os avanços em sustentabilidade.

Quais os benefícios de uma abordagem jurisdicional?

Acesso a mercados



Ampliação e consolidação de mercados consumidores que buscam reduzir a pegada de carbono de seus fornecedores.

Inclusão social



A valorização dos serviços ambientais e das comunidades locais contribuem para a promoção da inclusão social e produtiva.

REDD+



Produtores rurais e comunidades locais podem contribuir para a conservação e se beneficiar de pagamentos por resultados de REDD+.

Resiliência climática



A adoção de práticas sustentáveis contribui para o fortalecimento da capacidade de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima.

Faça parte da elaboração da abordagem jurisdicional para o desenvolvimento sustentável de Goiás!

1 Realização de diagnósticos e processos participativos

2 Definição de estrutura de governança e metas

3 Elaboração da plataforma de monitoramento e avaliação

Entre em contato:

João Pedro Gurgel e Silva
Coordenador de Programa
jgurgel@earthinnovation.org

Earth Innovation Institute

SEMAD
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

GOVGO
O ESTADO QUE DÁ CERTO